

RESENHAS

HOTTOIS, Gilbert et PARIZEAU, Marie-Hélène. (sous la direction de).

Les mots de la bioéthique - Un vocabulaire encyclopédique. Bruxelles: De Boeck Université, 1993. 376 p.

É a primeira enciclopédia desse gênero em língua francesa. Concebida dentro de um espírito multidisciplinar e pluralista, contou com a colaboração de uns quarenta especialistas dos mais variados domínios do saber e da pesquisa, dando-nos uma visão completa do campo da bioética de seus problemas, de sua linguagem e de seus desafios. Os organizadores já são conhecidos por seus trabalhos anteriores. G. Hottois é professor de filosofia contemporânea na Universidade Livre de Bruxelas e co-diretor do Centro de Pesquisas Interdisciplinares em Bioética (CRIB). Marie-Hélène Parizeau é professora na Universidade de Laval (Quebec). Ensina ética médica na Faculdade de Medicina e nos hospitais, e ética na Faculdade de Filosofia. Dirige o GREM (Grupo de Pesquisa em Ética Médica).

Segundo os organizadores da enciclopédia, a bioética está na interseção de numerosas disciplinas, como a medicina, a biologia, a enfermagem, a ética filosófica, a teologia, o direito, a sociologia, a psicologia a psicanálise e outras.

Quanto à metodologia do trabalho, os autores optaram por uma enciclopédia **globalmente** multidisciplinar e pluralista, porquanto os colaboradores, em sua maior parte, estão ligados a dois centros de pesquisa e a duas Universidades, de certa maneira, complementares. O Centro de Pesquisas Interdisciplinares em

Bioética (**Centre de Recherches Interdisciplinaires en Bioéthique - CRIB**), constituído, sobretudo, por especialistas em ciências biomédicas, tendo como sede a Universidade Livre de Bruxelas, de tradição leiga.

No Grupo de Pesquisas em Ética Médica (**Groupe de Recherches en Éthique Médicale - GREM**), os especialistas em ciências humanas são mais numerosos. A sede do grupo é a Universidade de Laval, de tradição cristã. A estes dois centros se associaram colaboradores exteriores franceses, igualmente multidisciplinares e de orientação filosófica diversa.

Quanto à estrutura da enciclopédia cada vocábulo é acompanhado de um breve histórico, duma definição, dos problemas éticos suscitados e duma bibliografia, o que dá a cada verbete uma visão sucinta, mas adequada para entender a abrangência e o alcance da temática. No final da obra, constam a lista das siglas, o índice dos nomes de pessoas e o índice geral, facilitando a leitura e a consulta da obra. É um instrumento indispensável, no presente momento, para quem pretende acompanhar e aprofundar esse novo campo do saber e da pesquisa, com sua problemática muito complexa e de conseqüências, cada vez mais graves, para a humanidade e para o mundo vivo que nos cerca. Nos Estados Unidos, a **Encyclopedia of Bioethics** é um instrumento muito importante de trabalho, embora concebida e redigida dentro de um espírito bem diferente.

Por fim, **Les mots de la bioéthique** aborda questões de palpitante atualidade, cujas incidências são, por sua vez, téóricas e práticas, coletivas ou sociais, e, ao mesmo tempo, muito íntimas e pessoais.

Alino Lorenzon

Departamento de Filosofia- UGF

*

HOTTOIS, Gilbert (éd.).

Aux fondements d'une éthique contemporaine. - H. Jonas et H. T. Engelhardt en perspective. Paris: J. Vrin, 1993. 250 p. (Problèmes & Controverses).

Essa obra coletiva trata da renovação contemporânea da ética, motivada pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas. Duas obras essenciais de dois autores são, sobretudo, interrogadas e discutidas: **O princípio responsabilidade (Das Prinzip Verantwortung)**, de H. Jonas, e **The Foundations of Bioethics**, de Engelhardt. Tanto em Jonas, como em Engelhardt, existe uma fonte de reavaliação profunda da ética e de seu fundamento, um interesse especulativo e concreto pelas questões da bioética, uma sensibilidade religiosa e filosófica das relações entre a condição humana e as práticas tecno-científicas, embora os autores em apreço possuam pontos de vista próprios e, às vezes, divergentes, o que é normal em ciência e em filosofia. Jonas, por exemplo, retorna à filosofia da Natureza à metafísica ou à ontologia. Engelhardt, por sua vez, pensa principalmente, em termos de filosofia social e política.

O livro está dividido em três seções, sendo cada seção seguida de uma apresentação muito elucidativa da temática. Na primeira seção, intitulada "H. Jonas: metafísica, ética, política", é publicado um texto deste pensador alemão (o fardo e a graça do ser mortal). O texto, embora tratando da morte, exprime, perfeitamente, a resposta última de Jonas à condição humana.

Os quatro capítulos seguintes abordam aspectos essenciais do pensamento de Jonas em ligação estreita com a ética e sua fundamentação: A filosofia da natureza (F. Tinland), a questão do niilismo (J. Dewitte), o pensamento político balizado, de um lado, pela recusa de toda esperança utópica de ultrapassagem ou de progresso essencial (D. Janicaud) e,

de outro, pela prudência extrema inspirada pelo medo e conduzindo a premonizar um poder sábio e forte (B. Lève).

Na segunda seção, intitulada "H. T. Engelhardt e a ética do discurso", M.-H. Parizeau expõe os temas essenciais do pensamento daquele, sob o título "Bioética e ética processual". W. Kuhlmann, por sua vez, discute os **Foundations of Bioethics** e a ética discursiva de Engelhardt.

Na terceira seção, confrontam-se as posições dos dois pensadores em apreço, discutindo-se os seguintes temas: "O paradigma perdido": a ética contemporânea face à técnica (F. Volpi). "Before and after Virtue" (M. Weyembergh). Comunidade ética e comunidade política (J.-Y. Goffi). O horizonte temporal da ética e o peso da responsabilidade (D. Müller). Um olhar sócio-crítico sobre o papel do sagrado (F. Mann). Convém ressaltar que, para cada uma das seções, o A. redigiu uma curta introdução, a fim de apresentar a problemática, a perspectiva e as contribuições mais originais, levantadas pelos diversos colaboradores.

Alino Lorenzon

Departamento de Filosofia - UGF

*

PEGORARO, Olinto A.

Ética é Justiça. PETRÓPOLIS, VOZES, 1995, 132 PÁGINAS

Olinto A. Pegoraro, docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde organizou o mestrado e o doutorado em Filosofia, nos presenteia com uma obra muito sugestiva e pertinente à discussão ética na atualidade.

Este trabalho percorre os maiores tratados de ética do pensamento ocidental para sustentar a tese: "Viver eticamente é viver conforme a justiça. A justiça ilumina, ao mesmo tempo, a

subjetividade humana (virtude da justiça) e a ordem jurídico-social (justiça como princípio ordenador da sociedade)." (p. 11)

A parte inicial do livro apresenta, primeiramente, a "Ética das virtudes" e, para tanto, invoca-se Aristóteles que coloca na vida virtuosa o pré-requisito para o indivíduo conquistar a "harmonia interior" e conseqüentemente uma vida feliz. Porém, "ninguém é virtuoso para si; ninguém é feliz sozinho"; (p. 29) desta maneira, a vida virtuosa tem seu "telos" na pólis, onde a virtude da justiça é o seu fundamento. Portanto, o autor conclui com Aristóteles: "A justiça, como qualidade moral do indivíduo e como virtude da cidadania, é a excelência central e unificadora da existência pessoal e política". (p. 38)

Posteriormente, "à luz da Ética a Nicômaco, S. Tomás de Aquino considera a justiça como a 'totalidade da virtude'. Ela comanda os atos de todas as virtudes morais e preside a busca do bem comum na sociedade" (p. 41). Sobretudo, S. Tomás confere à justiça um caráter sagrado, um valor absoluto, pois ela "resume toda a moral dos dez mandamentos" (p. 41) e é o elo de ligação entre a cidade celeste e a terrestre".

No segundo capítulo é delineada a "Ética das Normas", onde o autor destaca Kant como um marco, um novo paradigma nas reflexões éticas posteriores, pois inaugura uma ética de dimensão deontológica, sendo que para ele "a norma da moralidade será um dever, um imperativo" (p. 57) que tem o seu fundamento na vontade boa e livre do indivíduo.

Embora Kant não trate da virtude da justiça, algumas de suas teses são importantes no contexto desse estudo, pois representam uma ruptura com o utilitarismo e servirão de apoio a J. Rawls, o maior crítico contemporâneo daquela teoria. Contra os utilitaristas, Rawls afirma com Kant "o direito inalienável à liberdade, inerente a cada pessoa humana" (p. 78) e, por outro lado, postula os princípios da justiça (liberdade e diferença) como imperativos categóricos.

Na conclusão da primeira parte, por intermédio de J. Rawls, Pegoraro reconcilia as duas vertentes da justiça. “O princípio da justiça precisa do apoio da tradição ética consubstanciada nas virtudes e estas, por seu turno, demandam um ordenamento legal externo, objetivo”. (p. 83). Impõe-se, portanto, uma “circularidade e complementaridade entre os modelos éticos clássico e moderno” (p. 92). Só assim, dar-se-á conta da diversidade do “ethos”, inerente a natureza histórica e temporal da existência humana.

Na última parte da obra, a virtude da justiça é inserida na reflexão de três temas importantes na atualidade. Primeiro, o da ordem social justa. “Para ser realizado e socialmente feliz o cidadão precisa de estruturas que garantam as condições sociais de crescer conforme seus talentos e elevar ao mais alto grau possível sua realidade histórica”. (p. 108). E isso será alcançado somente por meio de uma “educação à cidadania, que leva as pessoas e comunidades à participação política”. (p. 108)

O segundo tema relaciona saúde e justiça, “onde a saúde mental e corporal está subordinada à saúde do corpo social e político”. (p. 109) Por último, relaciona-se ética e ecologia, que somente uma ética pautada na justiça é capaz de restabelecer o equilíbrio entre a vida, a natureza e os artefatos da tecnociência.

Enfim, este estudo traz uma síntese comparativa muito consistente das grandes linhas da ética, bem como absorve na ética clássica muitas sugestões, que nos permitem vislumbrar soluções para a crise moral instaurada em nossa sociedade. Por outro lado torna-se interessante pois vem polemizar com o utilitarismo, principalmente quando resgata a virtude da justiça e a coloca no centro de toda discussão ética.

Carlos Alberto Albertuni
(Especialização em Ética - PUCCAMP)

*

BOBBIO, Norberto

Liberalismo e Democracia. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994,

O autor é um dos mais respeitados cientistas políticos da atualidade, nasceu em Turim, Itália, em 1909. Foi professor nas Universidades de Siena e Pádua e, hoje, leciona na Universidade de Turim, onde é catedrático desde 1948, gerindo disciplinas de Filosofia do Direito e Filosofia Política. Militante do Partido Socialista Italiano, atualmente é senador vitalício da República.

O livro é composto por 17 itens, onde o autor trabalha o liberalismo fazendo uma analogia com vários tipos de sistema de governo, percorrendo a história desde a democracia da Grécia antiga até o socialismo contemporâneo.

O autor começa seu livro comparando a democracia dos antigos com a dos modernos, mostrando que a relação atual do liberalismo com a democracia nos leva a pensar que a relação entre ambos seja interdependentes, porém o autor nos alerta que esta relação é extremamente complexa e não deve ser entendida como tal. A definição que ele faz do liberalismo é de um sistema onde o Estado possui poderes e funções limitadas e se contrapõe ao Estado absoluto. Já a democracia, para ele, se caracteriza pelo sistema onde o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos (ou pelo menos da maior parte).

Um ponto extremamente importante que o autor levanta é que um Estado liberal não é necessariamente democrático, pois o governo está limitado as classes possuidoras, e também um governo democrático não sugere obrigatoriamente um Estado liberal, visto que o processo de democratização colocou em crise este último.

O autor utiliza o pensamento de Benjamin Constant para mostrar que este foi o primeiro a buscar uma relação entre

os dois sistemas, pois para Constant era necessário criar um mecanismo capaz de conciliar de um lado, o limite do poder, e do outro, a distribuição do mesmo. Assim podemos ver o problema da relação direta entre a liberdade e o poder.

A questão do direito também aparece no livro, principalmente o **direito natural**, que é citado para mostrar que o homem possui principalmente o direito a vida e a liberdade, e o Estado tem o dever de respeitar esses direitos. Locke se faz presente neste momento, citado inclusive como sendo o **pai do liberalismo**. Para o mesmo, o estado de natureza moderno é descrito como um estado de perfeita liberdade e igualdade. Assim, temos o indivíduo se destacando frente a sociedade. Primeiro vêm os seus direitos particulares e depois o da sociedade. O liberalismo, tendo como função limitar o poder do Estado, utiliza-se de normas (leis) para regular o poder público e acrescenta a transformação dos direitos naturais em direitos jurídicos.

A democracia se destaca neste quadro como sendo uma forma de garantir principalmente a igualdade entre os membros da sociedade. Encontramos a igualdade de todos perante a lei, e também a igualdade dos direitos. Além disso, a relação da democracia com o liberalismo difunde a igualdade de oportunidades, pois ela parte de uma equalização econômica.

O autor também faz referência aos liberais e aos democratas do século XIX, citando principalmente a figura de Tocquville e seu pensamento liberal, ampliando ainda mais o quadro histórico da relação democracia/liberalismo.

Outro ponto abordado pelo autor, é a relação do liberalismo com o utilitarismo. Ele destaca o pensamento de Stuart Mill e Bentham. Para Mill a democracia se caracteriza como um desenvolvimento natural e conseqüente dos princípios naturais. Porém, o pensamento de Bentham se contrapõe ao jusnaturalismo, tendo como base o **princípio de utilidade** (maior felicidade ao maior número de pessoas). Para o autor, o utilitarismo aliado ao

Estado liberal gera uma crise de fundamentos, pois não se preocupa com a felicidade singular de quem age, mas com a felicidade de todos os interessados. Mill defende a democracia como forma de combater a tirania, e ela deve ser executada de forma representativa, pois seria impossível aplicá-la nos moldes antigos, e o voto seria a única forma de efetuar-la, além de possuir um valor educativo.

Nos itens finais, Bobbio procura verificar a relação do socialismo com a democracia e com o liberalismo, e mostra que o liberalismo é incompatível com o socialismo, destacando a questão econômica como ponto de discordância e a propriedade privada como desigualdade entre os homens (Rousseau). Já o socialismo é plenamente compatível com a democracia, pois segundo o autor, ele favorece a coletivização pelos meios de produção e também alarga a participação política de todos os membros da sociedade. Aqui neste ponto o autor destaca que a instauração desta relação nem sempre é pacífica, mas aponta para uma nova denominação de conceito, chamada por ele de **democracia social**.

O autor encerra seu livro, falando de um **Novo Liberalismo**. O destaque é principalmente a posição contra o socialismo e a defesa de uma economia de mercado e a defesa da liberdade econômica.

Esta obra é interessante e recomendável pelo seu aspecto global e histórico, e principalmente pelo seu conteúdo extremamente atual, além de uma linguagem fácil e acessível, podendo ser utilizado em diversas áreas de interesse. O autor neste livro, nos dá uma pequena parcela de seu amplo conhecimento, contribuindo substancialmente para a ampliação do entendimento sobre o problema do liberalismo e da democracia.

Josmar Aparecido de Souza Melo
Mestrando em Filosofia - PUCCAMP

*

MACEDO, Ubiratan Borges de.

Liberalismo e Justiça Social. São Paulo, Ibrasa, 1995, 242 p.

O Liberalismo e a Justiça Social são temas presentes em nossas discussões políticas atuais, tornando relevante um esclarecimento sobre as bases da doutrina liberal, a relação existente entre democracia e liberalismo e liberalismo e justiça social.

O autor nos mostra uma visão histórica e evolutiva da doutrina liberal, a partir dos iluministas do século XVIII, procurando fazer uma relação entre democracia e liberalismo, dividindo a democracia liberal em três subsistemas: político, econômico e sócio-cultural.

Ubiratan apresenta as principais características comuns aos liberalismos, apontando dois tipos principais: o liberalismo continental, de raízes francesas e o liberalismo clássico, de origem inglesa. No Brasil, ele identifica três vertentes de liberalismo: liberais sociais, neo-liberais e liberalismo conservador.

Num segundo momento discute o ideal de sociedade aberta, a partir das idéias de J. S. Mill, K. Popper, Paul Feyerabend, Raymond Polinn, W. W. Bartley e as críticas de Wilmore Kendall.

Em seguida, através de uma visão apaixonada tenta convencer o leitor que o liberalismo é a solução para todos os problemas de ordem econômica, política e social, através de depoimentos de intelectuais que se identificam com o liberalismo. Também apresenta uma proposta liberal para a reforma da constituição brasileira.

Posteriormente coloca o problema da justiça social, a partir da visão dos gregos, tradição cristã, marxistas, J. Rawls e Hayek. Entende que o sistema liberal, além de garantir a liberdade individual, também promove a justiça social.

O autor dedica o último capítulo de seu livro ao tradicionalismo no Brasil e sua oposição ao liberalismo, desde a

sua origem no Império até os nossos dias, identificando os principais grupos de políticos, de religiosos e de pensadores, ligados a movimentos sociais, revistas, editoras e entidades como a TFP (Tradição Família e Propriedade).

O liberalismo, segundo o autor, é uma composição de democracia com economia de livre mercado, livre concorrência e sociedade pluralista.

O autor transforma quase todos os filósofos em liberais ou em precursores do liberalismo, como se a evolução histórica do pensamento humano culminasse em uma só vertente: o liberalismo, o que não é verdade, pois a sociedade é possuidora de várias tendências.

O projeto de uma sociedade democrática e justa, onde todos possam ter acesso aos bens sociais, não se concretiza no projeto liberal, é o que nos mostra a realidade política, econômica e social. Ao invés de produzir igualdades e justiça social, o liberalismo acentua as desigualdades e a injustiça social em todos os níveis.

Neste sentido, o livro torna-se tendencioso e parcial, ou seja, trabalha uma argumentação histórica, envolvendo os principais filósofos, tendo como objetivo fundamental, defender e ressaltar as bases da doutrina liberal, sem críticas.

Apesar destas ressalvas, o livro é sugestivo e informativo, merecendo uma posterior reflexão crítica sobre as posturas do autor, mesmo que nos coloquemos a favor do liberalismo.

Marcelo Felix Tura
Mestrando em Filosofia
PUCCAMP

*

KUJAWKI, Gilberto de Mello,
ORTEGA Y GASSET: a aventura da razão. SP, Moderna,
1994. (Coleção Logos)

Obra introdutória ao pensamento do filósofo madrileno José Ortega y Gasset (1883-1955), este trabalho sistematiza os principais conceitos que irão compor o, assim chamado, RACIOVITALISMO. O texto está dividido em duas partes: **Pensamento de Ortega y Gasset** e uma **Antologia**. Apresenta ainda uma ampla bibliografia e finaliza propondo questões para reflexão e temas para debate ou dissertação - seguindo o modelo de apresentação desta coleção que se dirige principalmente ao público iniciante.

Ao iniciar a primeira parte, na contextualização histórica e na biografia o autor aponta a herança das inquietações da Geração de 98, no final do século passado, sobre o projeto orteguiano, que viria a ser uma "interpretação espanhola do mundo".

Autor de obras como: "Meditações do Quixote" (1914); "Espanha Invertebrada" (1921); "O Tema de nosso Tempo" (1923); "A Rebelião das Massas" (1930), etc. Ortega y Gasset ficou notório dentre outras coisas pelo seu estilo literário. Seus temas abrangentes foram na maioria das vezes escritos em forma de artigos periódicos reunidos posteriormente em uma coleção pela Revista de Occidente. Fundador do "Instituto de Humanidades" (1948), juntamente com seu maior discípulo Julián Marías, influenciou toda uma Geração chamada "Escola de Madri", dentre eles: Xavier Zubiri, Maria Zambrano, Manuel Garcia Morente e José Gaos.

Partindo da descoberta da vida humana enquanto realidade radical constrói sua metafísica na tentativa de superar as antinômias entre idealismo e realismo. A realidade para Ortega "não existe em si, nem em mim, mas comigo - **coexiste**".

Daí a célebre expressão: **Eu sou eu e minha circunstância e se não a salvo não alvo a mim**. Não existe o Eu sem circunstância, como também não existe circunstância sem mim (sempre se mostra inserida numa perspectiva). O Ser se faz na relação, na coexistência dinâmica.

A vida humana - dado primordial - é o palco no qual aparecem todas as demais realidades. Tomada num sentido biográfico e não biológico, ela é tida como “minha vida” (única e insubstituível). O viver, neste sentido, é “dirigir-me ao mundo, tratar com ele, fazer algo com a minha circunstância”. Por isso a vida humana é um quefazer - constante vir-a-ser - e o eu, essencialmente projeto.

Na relação entre vida e razão, Ortega propõe: **nem vitalismo nem racionalismo**; ou seja, um **RACIOVITALISMO**. Por ela própria a vida já funciona como razão - não há descontinuidade. Ortega se contrapõe à idéia de natureza substantiva e imutável que permeou o conceito de razão até então: “o homem não tem natureza mas história”. A razão vital, tendo como forma concreta a razão histórica, é identificada com o próprio viver: “Viver é não ter mais remédio senão raciocinar ante a inexorável circunstância”.

O autor ainda mostra os vários pontos de convergência entre o pensamento de Ortega com os existencialistas, particularmente com Heidegger.

Na segunda parte da obra, **Antologia**, o autor destaca da obra de Ortega y Gasset abordagens sobre vários temas: O amor e sua conexão com a Filosofia; Cultura; Antropologia; Técnica; Experiência; Lingüística; Pedagogia; Estética; Direito, etc.

Primeira obra brasileira destinada exclusivamente à introdução do pensamento de Ortega y Gasset, já chega tarde, mas em boas mãos. O autor, apresenta mais que um convite à

uma Filosofia, sua obra já é por si uma introdução à Filosofia. Em suas próprias palavras: "Por que não nos iniciarmos em filosofia pela obra de um pensador espanhol, inserido em nossa área cultural, que lemos quase como se fosse português? Um pensador universal, original, à altura dos maiores pensadores do Ocidente, que muitas vezes antecipou e superou certas posições tidas como últimas na produção filosófica?" (p. 9).

Arlindo F. Gonçalves Jr.
Mestrando em Filosofia - PUCAMP